

frades. «Um irmão d'este, que na apparencia parecia ter um coração de pomba, narra José Liberato, mas que no interior occultava o veneno da serpente, costumando divertir a companhia, com seus contos e dictos engraçados, costumava dizer com a maior singeleza. — *Temos aqui tres sociedades bem celebres; a primeira, que se junta no quarto de meu irmão, é a dos fidalgos; a de D. Antonio Carneiro é a dos brejeiros, porque alli é que se joga; e a dos Freires é a dos philosophos!* Ora aqui debaixo de todo este gracejo ia a malicia de nos desacreditar; *porque n'esse tempo o nome de philosopho era um titulo de perseguição, que lentamente se nos ia preparando pelo ciume e inveja que causava a geral estimação, que merecíamos a muita gente de nome.»*

Continuemos:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. marquez, mordomo-mór.

—Vou a informar a v. ex.^a do motivo que me obrigou a prender Manuel Telles de Negreiros. Mandando eu ao corregedor do Porto, em Officio da data de 14 de janeiro do anno proximo passado, proceder a devassa para por meio d'ella averiguar quem eram as pessoas, que me constava andavam libertinamente falando nos mysterios mais sagrados da nossa santa religião, na real pessoa de sua magestade, e na do principe que nos rege, e que approvavam o governo dos francezes; mandando egualmente averiguar se haveria, segundo me informaram, uma loja de pedreiros livres com toda a publicidade, e se nos botequins, cafés, bilhares e assembléas, era onde se disseminava o que refiro: na devassa que me remetteu o mesmo corregedor achei, que o dicto Manuel Telles de Negreiros vinha contemplado como um d'estes, ainda que a prova não

era legal; porém sabendo eu, que este havia sido penitenciado pelo Santo Officio por estas culpas de libertinagem, que seguia os mesmos sentimentos dos francezes, e lia os livros incendiarios. Tudo isto me fez peso, e muito mais pela fuga que do Porto perpetrrou, logo que o dicto corregedor procedeu a devassa com o que ajudou a prova, que no meu sentimento o constituiu réo.»

É desnecessario fazer a analyse d'este deploravel documento. O illustre magistrado tinha para si, que a fuga, para se esquivar a uma accusação insensata, e a um processo tumultuario, ajudava a prova contra o indiciado. Mal sabia elle, que um espirituoso philosopho francez, seu contemporaneo, escrevera, que se o criminassem de ter roubado as torres de Nossa Senhora de Paris, primeiro que tudo, cuidaria logo em fugir.

N'um officio de 8 de agosto de 1799, diz

o intendente Manique, que cumpre ao seu cargo, e ao desempenho da sua responsabilidade apagar na origem qualquer *faisca de sedição*, que, soprada pelo espirito do seculo, possa atear a *faisca revolucionaria*, que tem assolado ou compromettido a segurança dos Estados. E narrando como tem procedido contra os *maçons*, e porque maneira expulso de Lisboa o «*infame e indigno Cagliostro*,» assegura «que a fidelidade com que se preza de servir o principe regente, que o fez depositario *da segurança publica, da pureza dos costumes, e da manutenção da religião*, que entra na auctoridade do estado civil, são outros tantos estimulos, que vigilante e cautelosamente o fazem circumspecto n'este ramo importantissimo da administração publica.»

Demorámo-nos na citação d'estes documentos, no intuito de que o leitor não care-

cesse de nós, para comprehender a depressão moral de um paiz, que se deixava dominar pelo terror que inspirava o intendente Manique.

«Nunca em monarchia alguma, diz o auctor da *Historia de D. João VI*, se viu pois um tão odioso despotismo, exercido impune-mente, durante tantos annos, por um empregado subalterno.» Eram ainda as tradições pombalinas na sua decrepitude. E na agonia, em que entrava o poder absoluto, conservara-se este preboste como a personificação da sua vontade soberana.

Não é nosso intento acompanhar miudamente a historia dos acontecimentos politicos em Portugal, durante este seculo. Queremos tirar a este trabalho todo o vestigio de apreciação acintosa. Nos traços largos que nos dão as feições d'uma epocha, para avaliarmos o seu modo de sentir ou

de pensar, que nos revelam o seu estado de civilização, e as suas crenças ou indifferenças moraes, não ha da nossa parte a minima intenção de deslustrar qualquer homem politico, para o expôr á irrisão publica ou para o condemnar ás gemonias, depois de verberado pelo veredictum dos seus concidadãos.

Tão meticuloso tem sido o nosso escrupulo, que em todos os factos que havemos esboçado, vimos acompanhado de repetidas citações, sem attender porventura aos enfados do leitor, mas buscando arredar de nós sempre a suspeita de prepararmos os acontecimentos, ou de os termos agrupado ao sabor dos nossos premeditados designios.

Em presença da invasão franceza, abandonou D. João VI Portugal em novembro de 1807. Realisou-se então um plano lembrado ao Prior do Crato, D. Antonio, e a D. João IV, nas crises difficeis por que n'es-

ses tempos passou a patria, e com esta fuga do monarcha preparou-se inconscientemente a independencia do Brazil. As consequencias foram grandiosas, mas apenas são, como diz um distincto escriptor, «o preludio de um porvir, que deve mudar a face do mundo civilizado, completando o que a revolução das antigas colonias inglezas com tanto estrondo começára.»

Expulsos os francezes de Portugal, ficou a patria reduzida a colonia ingleza, e na primeira tentativa para destruir esta oppressão, foram suppliciados onze martyres no campo de Sant'Anna, morto de garrote na explanada da torre de S. Julião o bravo general Gomes Freire, e demittido do serviço e mandado sair do paiz o barão d'Eben, official hanoveriano, que havia passado do exercito de Inglaterra para o de Portugal.

Mais tarde, a revolução que rebentou em

Hespanha, nos principios do anno de 1820, achou echo em Portugal, e em agosto levantava-se a cidade do Porto aos gritos de *viva o rei, as côrtes, e a constituição*.

Victorioso o partido liberal, voltou o monarcha para a Europa, e pouco depois, no 1.º de outubro de 1822, dirigiu-se á sala do congresso, e acceitou, e jurou guardar, e fazer guardar a constituição politica da monarchia portugueza, que as côrtes geraes e extraordinarias da nação acabavam de decretar.

Foi momentanea esta aurora da liberdade — como um meteoro atravessou os horizontes da patria, e apagou-se, deixando mais adensadas as trevas da reacção.

D. Carlota Joaquina, espirito ardente, irrequieto e ambicioso, buscava por todos os modos tirar a coroa a seu marido, e assumir ella as redeas do governo. Desde 1793 graves desintelligencias traziam separados

os dois conjuges. Manifestou-se publicamente a desharmonia em 1806, e assim continuou até ao fallecimento do soberano, e quaesquer que fossem as apparentes e simuladas reconciliações, que se seguiram á contra-revolução de 1823, nunca mais D. João VI pôde ter a menor confiança em sua esposa. Já em 1805 pretendera a rainha derrubar-o do throno. Logo que viu a reacção estabelecida em toda a Europa, e o exercito francez occupando Madrid, não sendo provavel que a Hespanha resistisse aos exercitos dos Bourbons, ligou-se com seu filho, o infante D. Miguel, e apoiados por todos os reaccionarios do paiz, intentaram a perda do rei. Prevenido D. João VI d'este plano, apressou-se em antecipar o movimento, partindo para Villa Franca, de onde publicou a primeira proclamação com a data de 31 de maio de 1823.

Instaurado novamente o regimen absoluto, desappareceram todas as duvidas ácerca do procedimento que se devia ter com a rainha. D. Carlota Joaquina recusára-se a prestar juramento á constituição. Convocára D. João VI o conselho de Estado, para se deliberar sobre a fórma por que se poderia conciliar a execução da lei com as atenções devidas á alta jerarchia da rainha. Terminado o prazo para o juramento, sem que D. Carlota Joaquina tivesse cumprido este dever constitucional, foi-lhe intimada a perda de todos os seus direitos civis e politicos, e mandada recolher ao palacio do Ramalhão.

É para notar, que a rainha simulava sempre opiniões as mais liberaes, não só no Rio de Janeiro, quando se correspondia com a regencia de Cadix, durante a guerra de Napoleão contra a Hespanha, mas até mesmo

depois de proclamada alli a constituição portugueza. No acto de prestar o juramento ás suas bases, dissera ao povo, em alta voz, da varanda do palacio: «Eu sempre fui constitucional».

D. João VI assemelhava-se na indolencia, na inercia, e nos appetites gastronomicos a Luiz XVI. Conhecia perfeitamente a indole da esposa. Temia-a e detestava-a. Conta-se que um dia, profundamente aborrecido pelos desgostos que ella sem cessar lhe causava, observou a um dos seus validos, «que emquanto houvesse tres mulheres em Portugal não haveria nunca socego — a primeira, continuou o monarcha, é a condessa da E..., a segunda é a viscondessa de J... — Calou-se D. João VI. E quem é a terceira, meu senhor, perguntou o creado. — A terceira, disse o rei sorrindo-se, *é cá a minha.*»

Frouxo e incapaz de actos energicos, he-

sitava entre partidos que se odiavam, e deixou medrar o grupo que tinha o favor da rainha, e gosava das benevolencias do infante. Demais, o povo, pela sua ignorancia, pela sua rudeza, e pelos deploraveis habitos da sua educação, era na maxima parte miguelista. D. Miguel synthetizava em si todos os defeitos, todos os vicios, e todas as qualidades d'esta raça.

Tres soberanos teem havido em Portugal, amados, e adorados até á idolatria: D. Pedro I, D. Sebastião, e D. Miguel, e todos elles estremecidos loucamente, por serem a synthese perfeita, a expressão correctissima e caracterizada das nossas aptidões sociaes. D. Pedro era doido, dançava pelas ruas *«a soom dhuumas longas que estonce husavom, sem curando doutro estormento, posto que o li ouvesse, e se alguma vez lho quieriam tanger, logo se enfadava delle, e dizia que o dessem*

ao demo, e que lhe chamassem os trombeiros.»

Estava uma noite na cama, e, como tivesse uma longa insomnia, ergueu-se, fez levantar os moços e quantos dormiam no paço, mandou chamar João Matheus e Lourenço Pallos, ordenou-lhes que trouxessem as trombas de prata, e em seguida mandou acender tochas, e entrou pelas ruas da cidade dançando, e folgando com todo o seu sequito.

Queria-lhe muito o povo. Talvez por ser tartamudo, «muito gago,» como escreve Fernão Lopes. Talvez por dormir com muitas amigas, por açoitar elle proprio um bispo, por mandar castrar um seu escudeiro, ou por lhe chamarem algoz, como lhe asseverou o escrivão da puridade Gonçallo Vasques de Goes. «E diziam as gentes, que taes dez annos nunca houve em Portugal, como estes que reinára D. Pedro».

D. Sebastião era um allucinado e um fanatico. Herdára a demencia de Joanna, a *Louca*. «Foi excellente caçador de feras, jogador de cãnas, torneos, justador e toureador... chegou a trazer tão cançados e maltratados os fidalgos, que muitos se enfadavam.» «Nos perigos do mar e da terra foi assaz arriscado e atrevido... e muitas vezes com jactancia, e estranheza, perguntava: *Que cousa era medo?*» «E em Lisboa gostava de estar nos paços dos Estaos, só por alli ter mais occasiões de o acompanhar (o viatico), e dizia, que só tinham de bom, passar por alli muitas vezes o Santissimo Sacramento, e poder sahir mais vezes a acompanhá-lo.» «Martim Affonso de Sousa, um dos famosos governadores que tinham sido da India, e que teve a dita de levar a ella o apostolico padre S. Francisco Xavier, entrando um dia por palacio, começou a dizer

alto, falando com outros fidalgos, de parte d'onde el-rei o podia ouvir: *Assim como atão a muitos loucos, cujos desatinos podem ser menos damnosos, não prenderão a este moço, que anda induzindo a maior damno para se perder a si, e a nós todos?* E entrando com a ultima palavra ainda na bocca o recebeu el-rei com a acção de arrebatat o tinteiro, que tinha deante, para lhe dar com elle na cara.»

E tão idolatrado foi o moço rei, que apesar de ter arremeçado a coroa aos areaes d'Africa, «podendo levar a mortalha para enterrar o reino fóra de sagrado!» como exclamára D. João de Mascarenhas — ainda assim, tanto lhe queria o povo, que para retemperar as forças da nossa nacionalidade, e fazer mais pungentes as saudades da liberdade da patria, creou-se o sebastianismo com a lenda esperançosa do *Encoberto*.

A D. Miguel estremecia-o a plebe. O sr. Sousa Martins, que é um colorista distincto, esboça-o admiravelmente. «A cavallo pelas ruas, durante essa primeira semana de maio em que se viu rei, o infante, seguido por um bando de campinos armados de lanças, galopava triumphante. A sua coorte, recrutada nos curros das toiradas e nas estrebarias do palacio; os seus amigos plebeus, o Sedevem, os Paiva-Raposo, e outros, não o abandonaram jámais. As antigas arruaças estroinas de D. Affonso VI e do irmão de D. João V eram agora, nas mãos do moço infante, revoluções politicas. Plebeu nos modos, violento e bronco no espirito, fanatico e valente, o infante democratizava a monarchia, e o seu povo adorava-o. Era corpulento e trigueiro, queimado pelo sol, e tinha uns grandes olhos negros peninsulares sobre a face rapada e sangui-

nea. Vestia-se á picadora, com um casaco de baetão verde, calção preto, botas altas, de cava, com tacões de prateleira e esporas de prata. Usava um bonet azul, de prato largo, com viseira. Tinha inclinações grosseiras e rusticas. Ensinava a lavrar aos moços do campo: tomava a rabiça do arado, chicotava as mulas, e sulcava fundo a terra mais dura. Suffocava um forte cavallo de Alter, puxando-lhe a ponta da cilha com os dentes. Levantava com a bocca um sacco de trigo de seis alqueires, e punha-o ao hombro com uma só mão. Galopava á desfilada com o José Verissimo e o Sedevem, de Queluz a Lisboa, trazendo a vara entalada contra a sella, sob a perna. Os soldados de cavallaria da escolta nunca podiam acompanhal-o: ficavam para traz. Preferindo as toiradas, os cavallos, a caça, as estrebarias, os arrieiros, os picadores, os fra-

des bem grosseiros, as raparigas saloias de Queluz, tisonadas pelo sol e cheirando a erva,— aos molles requintes do paço, aos entretenimentos da côrte, ao luxo arrebicado e ás damas e meninas preciosas da aristocracia,— D. Miguel era o demagogo de antigas edades, perdido no meio de um seculo inimigo. Formado com todas as violencias da alma portugueza, inspirado pelo genio italiano da mãe, era o personagem destinado a imprimir a esta nação do extremo occidente, uma physionomia semelhante ao Napoles da outra peninsula mediterranea: tornando eguaes, no fim, duas nações que, quasi a par, tinham descido a estrada de uma decomposição fétidamente florida».

Affirma Freire de Carvalho, que o infante fôra «até esse tempo um ente nullo da familia, e de uma crassissima ignorancia.» E accrescenta: «Para prova d'isto só citarei

a carta que elle escreveu ao pae quando fugiu de Lisboa, carta, que o mesmo pae mandou ás côrtes ordinarias, e que eu, e todos os deputados vimos, assim como muitos espectadores.»

Eis aqui estão os tres principes que o povo portuguez amou acima de toda a expressão. Era mais que amor, era um culto de latria. Tres allucinados, tres fanaticos, e tres inconscientes.

O povo, nas horas de angustia, sentia saudades de Pedro o *Criú*, como mais tarde tivera fé nas prophecias, e esperava ancioso a vinda do Encoberto. Recentemente cantava:

Rei chegou, rei chegou,
Em Belem desembarcou,

com o fervor, e a devoção fanatica com que entoava o terço pelas quelhas, e viellas da cidade ao tanger de Trindades.

Por intuição, o povo achava-se encarnado em D. Miguel. Este synthetisava-o — era a manifestação exacta do seu organismo. Falava a sua linguagem, tinha o colorido do seu dizer, o picaresco da sua phrase, e a rudeza dos seus costumes.

D. Miguel era a crystallização de uma raça. Exprimia e sentia todas as aspirações da plebe. Representava a exaggeração do cesarismo.

Os descendentes dos kabylas e berbéres, que vivem em torno da capital, cahiam de joelhos quando elle passava: era o seu fetiche, o seu Deus. Era a *alma mater* de uma realeza crepuscular.



«A grande facção aristocratica europea, escreve Freire de Carvalho, auxiliada não só pela facção religiosa, apostolico-jesuitica, mas ainda pela politica de alguns gabinetes da Europa, entre elles a d'aquelle mesmo, que maiores interesses tirava de Portugal, por suas muito antigas e nunca interrompidas relações, tinha ficado assombrado com a revolução de Hespanha em 1820, e muito mais o ficou ainda, quando a esta se seguiram, quasi immediatamente, as revoluções de Portugal, do Piemonte e de Napoles. Cuidou, portanto, logo em suffocar todas estas explosões da liberdade dos povos,

que com toda a razão, temia se tornassem contagiosas; e para este fim se serviu da influencia da politica, e até das armas d'essa associação famosa chamada a *santa-alliança*. . . . A facção, que tinha seus missionarios, suas filiações, e seus agentes em toda a parte, e que com todos estes seus associados formava tambem em toda a parte sociedades secretas, que ainda hoje duram, e nunca desanimam, serviu-se em Portugal da rainha D. Carlota, hespanhola de nascimento, e que apesar de mui nova ter vindo para o reino, onde foi creada e educada, nunca em seus modos, nem em seu procedimento mostrou, que havia adquirido os habitos e o character de portugueza.»

Verdade é, que nenhum agente podia ser mais proprio para estes sinistros intentos do que a rainha — nem occasião podia haver mais propicia do que era esta.

«Já dois annos depois da revolução, diz o erudito historiador Gervinus, confessavam os jornaes portuguezes, que a regeneração existia apenas no papel.» O proprio conde Pecchio no seu livro: *Tres mezes em Portugal*, sempre disposto a apreciar todas as revoluções pelo prisma do maior optimismo, esse mesmo, depois de percorrer o paiz inteiro, confessava, que o estado da nação era o que tinha sido sempre; foi tambem o que viu Halliday, em 1812, em seguida ás terribes commoções da guerra; e o mesmo veiu encontrar von Eschwege depois de 1830, posto que diversas borrascas politicas assolassem o reino por espaço de quinze annos.

«Já a este tempo, diz o auctor da *Historia de D. João VI*, o estribeiro mór, marquez de Loulé, honrado com a confiança d'el-rei, havia perecido victima da sua affeição ao monarcha e á constituição, sendo assassina-

do em a noite do 1.^o de março de 1824, no real palacio de Salvaterra; cuja devassa se tirou com tanto vagar, que ainda se não achava concluida quando rebentou a explosão de 30 de abril seguinte.»

«Personne ne doutait, assevera o illustre escriptor Gervinus, pas même les diplomates accrédités à Lisbonne, que ce meurtre ne fût dû à l'instigation du parti de la reine et du prince. L'enquête amena d'abord des preuves contre Abrantes; Pamplona était sur le point de les présenter au Conseil d'État, lorsque ce parti se hâta de prévenir, par des moyens violents les conséquences de cette démarche.»

No dia 30 de abril o principe generalissimo chamou ás armas o exercito, dirigindo-lhe uma proclamação onde lhe dizia: «Soldados! — Se o dia 27 de maio de 1823 raiou sobre maneira maravilhoso, não será menos

o de 30 de abril de 1824; antes um e outro irão tomar distincto logar nas paginas da historia lusitana; n'aquelle deixei a capital para derribar uma facção desorganizadora, salvando o throno e o excelso rei, a real familia e a nação inteira, dando mais um exemplo de virtude á sagrada religião que professamos como verdadeiro sustentaculo da realeza e da justiça; *e n'este farei triumphar a grande obra começada, dando-lhe segura estabilidade, esmagando de uma vez a pestilenta cafila dos pedreiros livres, que aleivosamente projectava alçar a mortifera foice para acabar e de todo extinguir a reinante Casa de Bragança. . . . »*

Dirigiu outra proclamação ao povo, baseada no mesmo estribilho: *cortar pela raiz o mal que nos affronta, acabando de uma vez com a infernal raça maçonica antes que ella acabe connosco!* E para fechar com chave

de oiro este repugnante documento, terminava com estas palavras: *Morram os malvados pedreiros livres.*

Pedreiro livre era então a nota lançada a alguém que se pretendia diffamar ou perseguir, como hoje se diffama com o nome de iberico, petroleiro ou anarchista. Transforma-se o meio, mas as más paixões e os rancores odientos são os mesmos, e por isso inventam-se novos epithetos, e reproduzem-se as mesmas accusações.

«D. Miguel, escreve Gervinus, excitado pela rainha enfurecida, chamou ás armas as tropas e o povo portuguez, para anniquillar a seita empestada dos pedreiros livres que contavam exterminar a Casa de Bragança, e para acabar a immortal obra começada em 27 de maio. O rei foi, por assim dizer, retido como prisioneiro no paço: foram presos os ministros, á excepção de

Pamplona, que alcançou refugiar-se na casa da embaixada de França.»

«Por que fingindo-se, diz Freire de Carvalho, uma grande conspiração descoberta, e esta dirigida para tirar a vida a el-rei, o infante não vai participar nada d'isto a seu pae, e antes, pelo contrario, o colloca prisioneiro dentro do seu mesmo palacio, deixando-o entregue aos suppostos inimigos, com ordem expressa de ninguem poder a elle ter accesso (á excepção de lord Beresford que foi um dos que tiveram franca entrada no paço); prende elle mesmo ou manda prender os servos da maior confiança de seu pae; e toma no palacio do Rocio todos os ares e auctoridade de soberano, dando ordens em seu nome para uma proscricção quasi geral, e até requerendo obediencia dos mesmos tribunaes de justiça e fazenda! Ha ainda outra circumstancia notavel, que ras-

ga de meio a meio todo o véo d'este tenebroso mysterio de summa iniquidade: a rainha, que nunca sahia do obscuro recinto em que meditava seus planos, apparece repentinamente na capital, esperando uma acclamação popular que lhe fôra promettida; e como não a ache, corre logo, coberta de pejo, a esconder sua vergonha no mesmo lugar d'onde ha pouco sahira com tamanhas esperanças.»

O illustre jurisconsulto Coelho da Rocha aprecia estes acontecimentos de abril de 1824, considerando-os uma tentativa malograda — «que tinha por fim a deposição do rei».

A D. João VI teve o infante a audacia de enviar uma carta, dizendo-lhe que elle: «não podia deixar de approvar a sua *heroica resolução, por isso que tinha por fim salvar sua magestade das garras dos infames que o cer-*

cavam, e conduziam ás margens do precipicio».

«Não foram precisas muitas indagações, narra Freire de Carvalho, para que geralmente se conhecesse qual era o objecto e o fim d'esta trama, que tão ridiculamente se pretendia encobrir com o falso e mal urdido boato de uma conspiração descoberta; e se então ainda alguém esteve por algumas horas duvidoso, em pouco tempo viu a verdade em toda a sua luz e evidencia. Todos os ministros estrangeiros, que se achavam em Lisboa, assombrados com tão inaudita e escandalosa ousadia, tomaram logo a defesa d'el-rei, foram libertal-o da prisão em que se achava dentro do seu mesmo palacio; e passado pouco tempo o mesmo rei, fugindo aos golpes que se dirigiam contra elle por sua propria mulher e seu filho, foi buscar asylo, á sombra de uma bandeira

extrangeira, em uma nau ingleza, surta no Tejo!»

«No meio d'esta crise, pondéra o sr. Oliveira Martins, propria do Cairo ou de Tunis, os embaixadores intervieram, como é costume fazerem no Egypto.»

O monarcha retirou logo o commando do exercito ao infante, e ordenou-lhe que fosse a bordo da nau *Windsor Castle* receber as suas ordens: «Infante D. Miguel meu muito amado e prezado filho. Eu el-rei vos enviou muito saudar, como aquelle que mais prezo e estimo. Sendo muito necessario para a conservação do socego da capital e do reino, que venhaes em pessoa receber as minhas soberanas ordens, determino que no acto em que esta receberdes, sem a menor demora, nem excusa, venhaes immediatamente a bordo da nau em que me acho, na certeza que n'esta occasião vos renovo, que hei por

bem relevar-vos os excessos de jurisdicção, que um zelo indiscreto vos induziu a commetter. O que me pareceu communicar-vos para que assim o executeis como sois obrigado. A bordo da nau *Windsor Castle*, 9 de maio de 1824 — Rei».

«Confessou haver-se deixado seduzir e enganar, escreve o auctor da Historia de D. João VI — e, se é certo o que disse o *Morning Chronicle*, fez uma circumstanciada narração do assassinato do marquez de Loulé, nomeando os seus principaes conselheiros e cúmplices.» Este homem apathico, diz Gervinus, falando do rei, cuja vida se passára entre angustias e terrores, que o medo desterrara para o Brazil, e atirou outra vez para Portugal, que ainda o medo obrigára a jurar e depois a abjurar a constituição, e cuja benevolencia tão louvada era apenas a linha caracteristica d'uma bonhomia indolente, e

d'um egoismo profundamente radicado; este rei fraco aproveitou a occasião, que lhe depararam os abalos d'esses atribulados dias, para se recordar de todos os desgostos passados, quando a bordo da nau ingleza falou a seu filho.» E, estribando-se na narração de Brown, põe Gervinus na bocca do infeliz soberano as seguintes phrases: «Filho d'uma mãe louca», disse elle a D. Miguel, «desde a mocidade luctava com as doenças; como monarcha fora o ludibrio de muitas revoluções successivas; como marido soffria as perseguições da mulher, e finalmente, como pae, fora espoliado d'um reino por um filho desnaturado, ao passo que o outro enchia de opprobio a sua velhice».

O rei perdoou de novo ao filho: «Tendo consideração aos poucos annos como diz o decreto de 9 de maio de 1824, e falta de experiencia dos negocios publicos do infante

D. Miguel, que o tem levado a obrar em sentido contrario do que lhe cumpria, arrastado pelos conselhos de homens ambiciosos e turbulentos e sinistras inspirações. . . »

Com o pretexto de annuir aos rogos do infante, permittiu-lhe D. João VI que fosse viajar, e a 12 de maio embarcou na fragata *Perola*, que se fez de vela para Brest, onde saltou em terra, indo primeiro a Paris e depois para Vienna.

A sahida do infante não socegou o paiz. D. Miguel era a expressão da sociedade portugueza na sua maxima parte, mas não foi, nem podia ser a causa primordial da reacção. Tem-se repetido centenares de vezes, que cada nação tem o governo e as instituições que merece. O povo não comprehendia direitos de que não tinha necessidade, a nobreza olhava com máus olhos para esse regimen, que a vinha despojar de todos os

seus privilegios e honrarias, o clero odiava um systema, que o ia arrancar dos seus ocios, da sua ignorancia, e da sua vida farta e tranquilla, o functionalismo receava reformas, e economias, que lhe cerceariam a opulencia relativa das suas carreiras, e as mercês estipendiadas, que dependiam só da vontade do rei, e o exercito tornara-se instrumento da reacção, e estava sempre prompto a abraçar qualquer movimento que fosse favoravel a D. Miguel, que reputava um martyr, e um anjo.

«D. Carlota Joaquina, como diz um distincto escriptor, ficára na ausencia do infante para lhe preparar a volta a elle; e ao pobre rei um morrer desgraçado, sem amigos, sem mulher, sem filhos, sem povo, sem nada!»

Effectivamente as intrigas da rainha, apesar dos cuidados com que a vigiavam, e as

machinações do seu *partido de sangue*, como lhe chama um notavel escriptor, auxiliadas com dinheiro, com agentes e com as notas diplomaticas de Hespanha, acabaram por lançar o monarcha em novos sustos e pavores. Não tardou muito que se não descobrisse uma nova conspiração, cujos fios iam prender nas mãos da rainha. Todas estas causas conservavam o paiz n'um estado de tensão intoleravel; davam logar ás medidas mais oppressivas, e á organização de um systema hediondo de policia secreta.

A fraqueza do governo, e os sustos do soberano, deprehendem-se claramente dos dois documentos que vamos aqui reproduzir.

O marquez de Palmella, a 15 de maio, officiaava para o conde de Porto Santo, nosso ministro em Madrid, pela seguinte fórma, logo depois que o infante sahiu de Portugal:

«N.º 11 — Reservado — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. —

O assumpto da carta de gabinete que remetto inclusa para sua magestade catholica, e de que v. ex.^a achará junta uma copia para seu conhecimento, é de tal gravidade e delicadeza, que el-rei meu senhor certamente o não houvera confiado a pessoa de cuja honra illibada e zelo pelo seu real serviço não formasse o mais alto conceito. Deverá v. ex.^a immediatamente solicitar uma audiencia de sua magestade catholica, e representar-lhe que para tranquillizar este paiz e evitar a renovação de intrigas, as quaes só podem tornar-se perigosas quando encontram o apoio de alguma d'aquellas altas personagens, que o povo está costumado a respeitar quasi a par do proprio soberano, *seria summamente necessario e urgente que se removesse para fóra do reino aquella pessoa que por desgraça, e em rasão do seu character inquieto,*

parece ser a causa primeira de tão fataes dissensões. Dirá v. ex.^a em seguida que esta remoção, se fosse espontaneamente pedida *pela real pessoa de quem se trata*, seria para ella mais decorosa, e para o coração benigno de el-rei meu senhor menos repugnante, e que por isso a insinuação de sua magestade catholica, fundada no interesse da tranquillidade de ambos os reinos, na conservação do decoro da sua propria familia, e na grande necessidade de se conservarem unidos todos os soberanos, para repellir o espirito revolucionario de onde quer que possa emanar, não póde deixar de parecer muito natural e acertada. Pode v. ex.^a declarar que todos os embaixadores e ministros estrangeiros, residentes n'esta côrte, sem excluir o mesmo duque de Villa Hermosa (o qual, porém, se enunciou sempre com aquella reserva e dignidade que a sua situação pedia) reconhe-

ceram explicitamente na presença de el-rei meu senhor, que sua magestade tinha não só direito e justa razão, mas até mesmo obrigação de empregar aquellas medidas, que necessarias fossem, para evitar para o futuro a renovação do formal ataque, que se havia intentado contra o seu governo, e sua magestade catholica não o poderá duvidar á vista das communicações que directamente tem recebido de Lisboa, e de que v. ex.^a mesmo me preveniu repetidas vezes.

«Á vista de todo o exposto, fará v. ex.^a as diligencias todas possiveis para apressar a resposta de el-rei de Hespanha, expedindo-a por um correio assim que ella estiver prompta, e procurando que seja concebida nos termos mais claros e mais decisivos, a fim de poder produzir a impressão necessaria no espirito da alta personagem que convém persuadir.

«Devo prevenir a v. ex.^a de que el-rei, meu senhor, entretanto mandou insinuar a sua magestade a rainha pelo arcebispo de Evora, ministro da Justiça, que evitasse apparecer em publico, ou vir ao paço da Bemposta, aonde o mesmo senhor reside, no que parece que a rainha minha senhora (talvez conhecendo a indisposição actual do publico a seu respeito) antecipára a vontade do seu augusto esposo, *pois não só não fòí visital-o a bordo da nau Windsor Castle, em todo tempo que sua magestade alli permaneceu, mas nem mesmo lhe mandou um recado por escripto ou verbal no dia 13 do corrente, omisção extranha, e pela qual parece em certo modo que sua magestade a si propria se condemna.*

«As *Gazetas* informarão a v. ex.^a da sahida do senhor infante D. Miguel, que se verificou ante-hontem, não para Inglaterra, como erradamente se declara na *Gazeta* de hon-

tem, mas para o porto de Brest, até onde acompanharam sua alteza uma fragata ingleza, e um bergantin francez, que se achavam n'este porto. Sua alteza leva como camarista o conde de Rio Maior, a quem sua magestade confiou a administração dos fundos destinados para a viagem. É da mente de sua magestade, que o dicto serenissimo senhor comece por visitar a capital de França, e vae encarregado de uma carta de sua magestade para sua magestade christianissima. O titulo que o senhor infante assumiu durante a sua viagem é o de duque de Beja, e não é possivel mostrar maior obediencia, e mais prompto desejo de agradar em tudo a seu augusto pae, do que sua alteza mostrou desde o dia 9 do corrente. . . . »

A carta de D. João VI, escripta pelo seu proprio punho, e dirigida ao rei de Hespanha, é a seguinte :

«Meu bom irmão, primo, cunhado e genro.—As expressões que vossa magestade fez ao meu embaixador, quando lhe constou o inaudito acontecimento do dia 30 de abril passado, são bem dignas de um alliado e de um soberano, que conhece quanto devem ser sagrados os direitos da realeza, e quanto é necessario que todos os monarchas se unam para os manter illesos. O que mais me amargura nas presentes circumstancias, é vêr que os attentados contra mim commettidos, emanam das pessoas que me são unidas pelos mais estreitos vinculos, e a confiança que vossa magestade me merece *não me permite occultar-lhe que considero a rainha minha mulher, e irman de vossa magestade, como a mais culpada, e a primeira motora das intrigas e conspirações que se teem tramado.*

«Desde o anno de 1806 *tive provas con-*

vincentes dos projectos ambiciosos da rainha, e dos indignos meios que ella procurava para os promover, chegando ao ponto de querer que eu fosse declarado inhabil de continuar no governo. Não falarei nos multiplicados indicios de desaffeição e de traição, que subseqüentemente n'ella tenho reconhecido até a estes ultimos tempos em que, seduzindo a incauta mocidade de meu filho o infante D. Miguel, o induziu, segundo todas as apparencias, a tentar os actos de rebellião que são bem notorios, e que á custa do maior sacrificio conseguí suffocar. Vossa magestade mesmo tem na sua mão cartas escriptas pela rainha, as quaes lhe foram entregues por um seu emissario chamado Fonseca, e que bem claramente demonstram o seu culpaval intromettimento nos negocios do governo, cujo conhecimento por nenhum titulo lhe pertencia, e com vistas manifestas de usurpação.

« Não podendo eu, portanto, nem devendo em consciencia soffrer a continuação de tão perniciosas intrigas, resolvi abrir a vossa magestade o meu coração com franqueza, e declarar-lhe que necessito para a tranquillidade do meu reino e dos meus vassallos, tolher á rainha os meios de as renovar; mas repugnando, comtudo, pela justa contemplação que vossa magestade me merece, a adoptar aquellas medidas que em qualidade de rei e de marido sem duvida me seriam licitas, lembra-me pedir a vossa magestade que, se assim o julgar conveniente, escreva a sua irman para lhe propôr a necessidade de ir viver retirada em alguma provincia dos seus Estados, ou, se a vossa magestade melhor parecer, para França ou Italia, e lhe dirija essa proposição como a mais adequada para me poupar qualquer outra resolução severa, a que eu necessariamente deverei recorrer

para poder restituir a tranquillidade á minha real familia e aos meus Estados.

«Vossa magestado não duvidará do muito que me custa o ver-me obrigado a requerer da sua amizade um tão penoso serviço.

«Sou com o mais sincero affecto, meu bom irmão, primo, cunhado e genro — De vossa magestade, bom irmão, primo, cunhado e sogro. — *João.*»

O monarcha hespanhol satisfez os desejos de D. João VI, mas de balde, porque D. Carlota nem sequer escreveu a seu irmão, e com a mesma indifferença respondeu ás ultimas ordens do marido. Limitou-se, pois, o rei, com o receio de maior escandalo, a prohibir á rainha a sua presença na côrte, e a tomar aquellas precauções de vigilancia que julgou necessarias. N'um officio dirigido ao conde de Villa Real, nosso ministro em Londres, queixava-se o marquez de Palmella de que o

marechal Beresford continuava a permanecer em Lisboa — «debaixo do pretexto apparente e pouco decoroso de terminar negocios seus pecuniarios (depois de ter já assegurado a este mesmo respeito vantagens, que se podem considerar como exorbitantes nas actuaes circumstancias d'este reino), e desconhecia os inconvenientes que podiam resultar da sua estada n'esta capital, manifestando altamente a sua desapprovação ás medidas adoptadas pelo monarcha, e pon-do-se n'uma opposição contra o ministerio, que era incompativel com o systema que regia este paiz». Acabava por ordenar ao conde de Villa Real, que pedisse ao governo inglez, que mandasse sahir d'aqui o marechal.

Desgraçado governo e desgraçado rei! Nem força tinham para manter o decoro da nação, e a dignidade da patria. Supplicavam

ao monarcha de Hespanha que tirasse d'aqui a rainha, rogavam ao governo inglez que os livrasse de Beresford.

Depois pediam á Hespanha que nos perdoasse o irem ser convocados os Tres Estados. Note-se, que já se não tratava de convocar côrtes constitucionaes. Era simplesmente, como affirmava o marquez de Palmella no seu officio ao conde de Porto Santo, o restabelecimento das antigas leis e costumes portuguezes, «*sem mais nem menos*». Ordenava ao nosso ministro que assegurasse ao conde de Ofalia, que se não pretendia alterar a constituição fundamental da monarchia, dando uma nova carta constitucional, mas que se queria confirmar e sanccionar unicamente as nossa antigas instituições.

E para mover a piedade do governo de Hespanha, dizia-se, n'este officio a que nos

referimos, e que tem a data de 10 de julho de 1824:

«Viu-se n'esse dia (30 de abril) el-rei meu senhor cercado, no seu palacio, por ordem de um dos seus filhos, ao mesmo tempo que o primogenito jurava, no Rio de Janeiro, uma constituição democratica, e a separação perpetua do Brazil e de Portugal. Este tomando por apoio o partido revolucionario e as doutrinas jacobinicas, accusa sua magestade fidelissima de haver reassumido a plenitude dos seus direitos; aquelle tomando por pretexto para a rebellião as calumnias insensatas de alguns fanaticos, excitando por meio de calumnias atrozes todas as paixões que podem commover o vulgo, excita os portuguezes a assassinarem os seus compatriotas. Outra personagem, cobrindo-se do veu mystico da devoção, não escrupuliza de urdir intrigas e de dar o exemplo da des-

obediencia. Entretanto uma d'estas personagens é o herdeiro da coroa, outra a que deve reger-a segundo as nossas leis na falta do soberano, a terceira póde eventualmente ainda vir a assentar-se no throno de Portugal; e seria possível que el-rei, ameaçado de de tantos e de taes perigos, não procurasse rodear-se de uma força moral, legitima e sufficiente para o sustentar a elle, para salvar o reino . . . »

Continua n'esta fórma lacrimosa, citando o cardeal D. Henrique. Triste recordação para Braganças — esse phantasma que a historia guarda com o nome de Cardeal-rei.

E accrescenta: «Pode v. ex.^a assegurar que se tomaram todas as precauções imaginaveis, para que a reunião dos Tres Estados do reino *não degenere n'uma assembléa demagogica*. Cada um dos tres braços *será reduzido a um pequeno numero de individuos*».

Conclue dizendo-lhe: «que certifique a elle rei catholico, que D. João VI está tão distante, quanto elle mesmo pode estar, *de querer favorecer as vistas dos liberaes*».

Finalmente a noticia das lamentaveis desavenças da familia do monarcha corria a Europa, assoalhada nas cartas de D. João VI a Fernando VII, a Luiz XVIII e ao imperador de Austria, e nas notas diplomaticas do governo portuguez, ao passo que o infante D. Miguel entregava ao rei de França uma carta justificando o seu comportamento, sahia depois de Paris sem licença de seu pae, e entrava em Vienna, que era o fóco da reacção europea.

O ultimo acto importante da vida de D. João VI foi o reconhecimento da independencia do Brazil. E assim triumphava a politica ingleza em Portugal. A 10 de março de 1826 finou-se o monarcha no palacio da

Bemposta, ignorando-se ainda hoje qual foi a doença, que pôz termo á vida do soberano. Tomou logo conta do governo a infanta D. Izabel Maria. Seguiu-se a mesma anarchia na politica, e na administração até á chegada do infante D. Miguel. Começou então um periodo de perseguições e de sangue, que se prolongou durante o cerco do Porto, onde o imperador viera pelejar em nome de sua filha, para a sentar no throno de seus avós, outorgando uma carta de garantias e de liberdades aos portuguezes. A entrada do exercito liberal em Lisboa, e as batalhas de Almoster e da Asseiceira pozeram remate a esta guerra fratricida.

Suppozeram muitos, com o entusiasmo da liberdade e do triumpho, que a patria ia ser regenerada, e que a civilização, a prosperidade e a riqueza viriam coroar o heroico esforço d'esta lucta titanica.

Baldada esperança.

Os germens de decomposição e de esphacelo continuaram a corroer a sociedade portugueza. O povo ficou no mesmo estado de ignorancia, de falta de educação politica, e de descrença, desprezando direitos de que não sentia a necessidade.

Houve só uma alteração frisante: a hypocrisia transformou-se em cynismo, e a avidéz de satisfazer todos os desejos produziu uma espantosa corrupção.



No primeiro relance, parece que a historia dos povos, depois de tantos seculos de existencia das sociedades, devia ser ensina-

mento e lição para a humanidade, na sua marcha pelas diversas phases da civilização.

Não é, nem póde ser. Dão-se milhares de acções reflexas no organismo humano, e corrige o aparelho nervoso, muitas vezes, perturbações de circulação de que o homem não tem consciencia, nem é chamado a dirigir. Se o fosse, essa sua intervenção produziria as mais das vezes a morte, por ignorancia, por leviandade, por irreflexão, ou por falsos raciocinios. A humanidade, entregue a si, se pretendesse emendar os erros passados, ou evitar novas catastrophes semelhantes ás que soffrera, desviando-se do sulco que os acontecimentos lhe vão rasgando, iria precipitar-se em novos abysmos, ou preparar inconscientemente medonhas tempestades. Na constante mutação e transformação do meio, tem de se alterar as concepções e aptidões,

assim como variam as funcções e as hypotheses.

As leis sociologicas immutaveis e fataes, como são, apoiam-se nos organismos em toda a expansão com que funcionam, praticando todos os actos, que lhes são proprios, e que nós, influenciados pelo meio existente e pelo momento psychologico, appellidamos ora crimes, ora vicios, ora virtudes, ora erros, ora defeitos. A evolução actua pela mesma forma, tanto no mundo physico como no mundo intellectual, e usamos estes termos, a fim de seguirmos a terminologia das escholas. Desembaraçado e solto de todas as formulas que nos prendem a idéa, diremos com o rigor scientifico, que a evolução acompanha as partes componentes de todos os organismos que povoam o universo. O mundo material, e o mundo das idéas abstractas estão, pois, sujeitos egualmente ás

leis da evolução. A consciencia, a moral, e o bom senso são evolucionistas, por isso mesmo que não podem ter padrão para se aferirem as suas noções — noções que estão dependentes do grau de desenvolvimento, e da illustração do meio em que se revelam. Uma consciencia ou uma moral immutaveis seriam a anniquilação da vida social, que é necessaria e fatalmente evolutiva, e que não pode ter periodos de paralytia ou de repouso, porque o repouso é a negação e a antithese de todas as leis do universo.

Repetimos: a retardação ou o andamento progressivo da marcha de um povo, não está dependente da resolução subita e repentina de alguns homens. A evolução obedece a leis, que não estão enfeudadas á vontade humana, e que as mais das vezes parecem contrariar os seus designios e planos. É esta ordem de considerações, que nos encami-

nha, sem preocupação, a esses periodos profundamente exactos, que escreve o professor Gervinus, e que Spencer não desdenharia: «Quelle est la dose, diz o eminente historiador, infiniment petite de sagesse qui gouverne le monde, c'est ce qu'on n'aperçoit nulle part avec autant de netteté que quand on voit jusqu'à quel point tous les gouvernants en tous lieux sont incapables d'apprécier à leur juste valeur les forces intellectuelles d'une époque, et la puissance des idées qui agitent leurs contemporains; en effet, pour les comprendre, il faut un talent de combinaison politique qui est plus que le simple art de lire des dépêches».

Sobejam os exemplos, e temol-os de casa — sem que careçamos, em que nos pese, de os irmos mendigar ao estrangeiro.

O marquez de Pombal, e os revolucionarios de 1820 praticaram o mesmo erro.

Do primeiro diz o sr. Latino Coelho: «Não é, porém, pelo impulso de um só homem ainda que se chame Colbert, Pombal, Richelieu, que se alcança affeição em novos moldes o viver de uma nação e reconstruir desde os cimentos o edificio social. O ministro de D. José, circumdado por uma côrte brilhante de jurisconsultos e de sabios, buscara trasladar para uma nova sociedade os principios e as doutrinas economicas, dominantes no seu seculo, e despertar por uma energica intervenção governativa as forças dormentes da nação. As leis auctorizadas com o seu nome, e as providencias expedidas pelo infatigavel estadista, para acudir ás mais variadas necessidades sociaes, lançavam os fundamentos de uma nova economia, mas não tinham o poder de completar a iniciada revolução».

Aos segundos, aos homens da revolução

de 1820, não lhes bastou o exemplo da administração, ainda recente do marquez de Pombal. Deslumbrados com os esplendores da liberdade, attentos só nos grandiosos acontecimentos de que a França tinha sido theatro, recordavam-se unicamente do dia para sempre memoravel, como diz um illustre escriptor: «em que a assembléa nacional proclamou solemnemente em França, com a abolição dos direitos feudaes, o advento da egualdade, e dos servos dos reis e dos senhores creou, no terceiro estado, um povo de cidadãos». Offenderam nas suas preeminencias, e feriram nos seus interesses as duas unicas classes poderosas, e preponderantes em Portugal: o clero e a nobreza. Esqueceram-se que o terceiro estado debil e frouxo, e o poletariado ignorante, servil e fanatico desconheciam a necessidade dos direitos proclamados, e das liberdades outorgadas;

illudiram-se suppondo, que uma nação desperta repentinamente, e surge regenerada de improviso ao simples clamor estridente dos *vivas á liberdade*, e exaltando-se reciprocamente com um rethorica emphatica e declamatoria — quando não era a rapsodia constante dos discursos proferidos em França na assembléa nacional — ao som dos hymnos, e, por meio dos arcos de buxo, dos repiques dos sinos, dos foguetes e das luminarias prepararam a reacção sangrenta e brutal de 1828. Mal avisados, não advertiram que a revolução franceza de 1789 não fôra um acontecimento prematuro, e inesperado. Tivera a sua oportunidade, e irrompera no momento historico que a evolução lhe preparára.

Já nós o dissemos, e dil-o comnosco um dos mais lucidos pensadores d'este seculo: «Os escriptores e os philosophos, principal-

mente os da opulenta e fecunda litteratura franceza do seculo xviii, haviam minado e aluido os alicerces, em que se estribava a velha sociedade monarchica e feudal, tornado manifestas as iniquidades sociaes, desnudado os abusos e oppressões, que se auctorisavam com a tradição, proclamado as theorias da liberdade, flagellado os viciosos principios economicos; denunciado os erros da administração, e debuxado o novo plano, segundo o qual se devia reger a humanidade. Tomando todas as fórmãs, senho-reando todos os espiritos, ora catechizando as multidões nos mais faceis e comprehensíveis moldes litterarios, ora ventilando e resolvendo com apparatus scientifico os problemas do direito publico e da governança dos Estados; conquistando, para servir de campo á sua indefessa prégação, a cathedra e o theatro, a novella e o livro doutri-

nal; agora encomiando, com a subtileza de Montesquieu, a monarchia temperada da Casa de Hanover, e logo assentando ousadamente com João Jacques o dogma exclusivo da soberania nacional; umas vezes convencendo pela razão e pela sciencia os espiritos reflexivos e eruditos, outras vezes commovendo pela eloquencia e pela paixão as imaginações sedentas de novidade; a philosophia e a litteratura, meneando um idioma tornado quasi universal pela flexibilidade da sua indole, e pelos giros graciosos e incisivos do seu dizer, operava na profana religião do direito divino a immensa metamorphose, que dois seculos antes havia realisado, nos dominios espirituaes, a reforma religiosa. Os Lutheros e Calvinos da revolução e da liberdade, estes politicos reformadores, que ousavam ferir a uma e outra parte a theocracia e o absolutismo, estes il-

luminados precursôres, que tinham nome Rousseau e Montesquieu, Voltaire e d'Alembert, Quesnay e Turgot, iam semeando o germen da liberdade, emquanto a foice tremenda da revolução não vinha a poucos passos ceifar as messes, ainda sazoadas e nutridas, e leval-as pela Europa, com os exercitos triumphantes da republica e do imperio ás mais remotas regiões».

Em Portugal outros tinham sido os acontecimentos. O povo vegetava na profunda ignorancia que já narrámos. A propaganda, além de ser quasi impossivel com o Santo Officio, com a intendencia geral da policia e com a influencia incessante e fanaticca das ordens religiosas, das irmandades e das confrarias, tinha de mais, para a enfrear e reprimir, o estado apathico, supersticioso e servil de um povo ignaro e analphabeto. Os homens de lettras, os espiritos superiores

communicavam-se a medo, e no recesso das suas moradas, com o terror de serem ouvidos pelos familiares da Inquisição ou pelos espiões da Intendencia. Aquelle que não era cauteloso ou discreto tinha a sorte de Bocache, ou esperava-o a perseguição de que foram victimas o abbade Correia da Serra, e o padre Francisco Manuel do Nascimento. O proselytismo fazia-se apenas nas raras lojas maçonicas, nos cafés, e nas praças, e por isso custava sempre a cadeia, os carceres da Inquisição, o degredo ou o exilio.

Atilada andou D. Carlota Joaquina. A principio simulou a mais viva sympathia pela liberdade. Rompera até no excesso de dizer ao povo: «*Eu sempre fui constitucional.*» Ainda em Lisboa manifestou claramente estes sentimentos. Mas logo que viu a inani-
dade dos trabalhos parlamentares, o isolamento e a desconsideração das côrtes, a li-

mitadissima preponderancia dos constitucionaes, e a sua quasi nenhuma influencia na plebe, mudou inteiramente a norma dos seus enredos. Fez-se realista e beata. Encerrou-se nos seus aposentos, e para pôr em evidencia o rebaixamento da nobreza, mostrava-se ás rarissimas visitas do paço quasi andrajosa, no que foi imitada pela sua valida, a marquezia de Chaves, com um vestido sujo e surrado, envolta n'um *josésinho* vermelho, e com os bolsos cheios de veronicas e reliquias. Comprehendera por fim o paiz. Muito mais tarde, homens de Estado que alcançaram fama e popularidade, deveram-a, em grande parte, ao desalinho do trajo e á phrase rude, incorreta e desbragada de que usavam. Persuadiram-se muitos, que esta mudança da rainha fôra devida, a conservar-se D. João VI fiel ao juramento que prestára. Não nos parece. Esta

princeza, sagaz e maliciosa como era, não andaria longe de pensar o que, nas suas *Memorias*, escreveu Freire de Carvalho: «O monarcha era fraco, e quem sabe se dentro em seu coração estava desejando uma mudança de coisas? . . . Quem se persuade que um rei, e mormente já neto, e filho de rei, folga com o systema constitucional, ou é demente ou não é sincero. Um rei só por força, e por necessidade finge que está contente com semelhante systema; chegada a occasião, lança-se a elle como animal raivoso, e com toda essa *innata* fome do poder que herdou; e se póde, não se dá por satisfeito, sem ver correr rios de sangue . . . »

Inclinamo'-nos a crer, que a rainha variara de designio, porque estudara attentamente a nação, vira o caminho errado que levavam os liberaes, sem apoio nem no clero, nem na nobreza, nem na plebe, e conven-

cera-se de que o paiz elaborava o que havia de ser depois, e que não temos outro vocabulo para de ante-mão o expressar: — profundamente *miguelista*. Demais o exprimiam os factos para que D. Carlota Joaquina o podesse ignorar. Vejamos.

Que de virtudes civicas, que de heroismos de amor patrio não seriam necessarios, para que um povo sem crenças politicas, e sem a energia e independencia que formam os grandes cidadãos, n'um paiz de funcionarios publicos, onde o functionalismo é uma doença contagiosa, podesse, sem resistencia, esperar a cada momento a suppressão de muitos logares, e a demissão de muitos empregados!

Pois, n'este paiz, com uma ingenuidade rara, bradava nas côrtes um dos revolucionarios de 1820: «Não fazemos nada em quanto não abolirmos sessenta empregos, e

não destituirmos vinte funcionarios por dia.»

E ao mesmo tempo, que os deputados se popularizavam por estes meios, n'uma nação em que os mendigos mais impertinentes e tediosos, são os homens mais largamente favorecidos, e remunerados com mais escandalosa generosidade, dava a plebe testemunho irrefutavel da sua ignorancia e fanatismo.

Quando o exercito francez invadiu Portugal, recearam os habitantes de Santarem, que os soldados de Napoleão lhes roubassem, ou praticassem algum sacrilegio no objecto principal da sua devoção: o *Santo Milagre*. Pegaram na ambula de crystal, onde se conserva a hostia milagrosa, levaram-a para a cathedral de Lisboa no mais rigoroso segredo, e d'alli foi logo removida para a capella do patriarcha, no palacio da mitra, em Marvilla.

A tradição do milagre vem narrada, pelo padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos, na *Historia de Santarem Edificada*. Reinando D. Affonso III, como assevera este escriptor, no anno de 1247 fôra uma mulher, moradora na rua das Esteiras, induzida por uma judia commungar á egreja de Santo Estevão, que era a sua freguezia, «e com sacrilego atrevimento, accrescenta o piedoso conego de S. João Evangelista, a tirou da bocca (a particula), e a embrulhou na sua baetilha.» Guardando-a em casa n'uma arca, foram de noite ella e o marido surprehendidos com a brilhante luz, e suavissimos perfumes que os cercavam, e conheceram que da arca dimanavam todas estas maravilhas. Participado o caso ao clero de Santo Estevão, foi a hostia, cheia do sangue que d'ella manava, processionalmente levada para o templo, onde a sacrilega tinha commungado.

Expulsos os francezes de Portugal, e terminada a causa da fuga do *Santo Milagre*, quizeram os habitantes de Santarem, em 1811, reaver a sagrada reliquia. Corriam vozes de que Lisboa não consentia, e que o patriarcha, tomado de susto, não ousava entregal-a, receoso de algum tumulto ou da opposição que poderia levantar a plebe.

Em quanto permaneciam estas duvidas, appareceu na madrugada do dia 30 de novembro de 1811, em todas as esquinas de Lisboa, uma especie de cartaz em que se annunciava ao publico, que um official do exercito britannico apostára quinhentas libras esterlinas em como, na proxima segunda feira, 2 de dezembro, pela uma hora depois do meio dia, havia de atravessar o Tejo com botas de cortiça, principiando o seu passeio desde a torre de Belem até á torre Velha. Este annuncio trazia designada a typogra-

phia onde fôra impresso, e accrescentava:
«Com licença do desembargo do paço.»

No dia designado despovoou-se Lisboa para acudir a Belem. Eram enormes as ondas de povo que cobriam as praias do Tejo. E em quanto esta multidão esperava attenta e crente o *homem das botas*, esgueirava-se sorrateiramente rio acima a reliquia veneranda dos santarenos, fazendo então um verdadeiro milagre, porque expoz á irrisão do paiz a soberana toleima da capital. Uma duzia de carolas e de milagreiros tinha zombado de uma população inteira.

Decididamente D. Carlota Joaquina conhecera o paiz. E tanto o conhecera, que veiu um milagre adrede robustecer a fé realista e religiosa da plebe, e da nobreza. Andavam folgando varios rapazes, no dia 28 de maio de 1822, nas margens do rio Jamor. Viram correr um coelho, e seguiram-o

até que elle se occultou nas fendas de um rochedo. Escavaram junto da penedia, e poderam assim penetrar no interior de uma gruta, onde se encontrou uma imagem da Virgem, conhecida depois pela Senhora da Rocha. Houve um delirio de devoção e de fanatismo. Correram todos á gruta com as allucinações que a superstição originava. A rainha aproveitou habilmente o ensejo. A Senhora da Rocha foi o labaro e o amuleto dos fieis vassallos, e dos inimigos dos pedreiros livres. Quando a causa de D. Miguel estava já irremediavelmente perdida, ainda D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, arcebispo de Evora se dirigia ao ministro da justiça, affirmando-lhe, que a confraria da Senhora da Rocha podia salvar o throno e a religião. «Escreveu este prelado, diz o eminente escriptor o sr. Camillo Castello Branco, politicamente com facciosa pai-

xão. Desviemos d'elle os olhos n'essa paragem, e deixemos á posteridade mexer na vaza que por sobre elle e José Agostinho de Macedo se foi acamando e ainda sobe.»

Que admira, pois, que os 7:500 de Ariosa de Pampellido ao pisarem a terra da patria, vissem com assombro, que o verbo sagrado da liberdade não achava echo no povo portuguez.

As hostes do imperador passavam por entre as multidões emmudecidas, que logo que viam já de longe fluctuar os pendões da rainha, irrompiam em novos e calorosos vivas: á santa religião e a D. Miguel. A superstição e o despotismo eram os dois fetiches d'estes barbaros do Occidente.



D. Pedro occupou a cidade do Porto em 8 de julho de 1832, e com um punhado de bravos, não só resistiu a um assedio rigoroso por espaço de onze mezes, mas conseguiu vencer finalmente um exercito de oitenta mil homens, que dispunha de todos os recursos da nação. A convenção de Evora Monte em 27 de maio de 1834 veio pôr remate a esta formidavel lucta. D. Miguel alcançou poder retirar-se, o seu exercito depôz as armas, e o partido realista teve a sorte dos vencidos. Não tinha o imperador descurado as medidas organicas, que se reputavam necessarias para dar força aos pre-

ceitos consignados na carta, e consolidar o systema constitucional. Foi assim que as reformas da administração, a da fazenda publica, e a da justiça appareceram nos tres decretos de 16 de maio de 1832. Pelo decreto de 30 de julho de 1832 foram extintos os dizimos, e pelo de 13 de agosto do mesmo anno os foraes. Estas providencias deram um tremendo golpe no clero e na nobreza, e pretendiam determinar uma melhor distribuição da riqueza publica. Extenderam-se estas medidas até á extincção da patriarchal, das ordens religiosas e da companhia dos vinhos do Porto com os decretos de 4 de fevereiro, 27 e 30 de maio de 1834.

Se estes homens, que vinham do exilio, tivessem meditado profundamente sobre o estado de atrazo e de miseria em que se achava o paiz, e, despreoccupados de todas

as paixões vis e pequenas, attentassem com prudencia nos meios de remover estes males, regenerando a patria, poderiam os seus esforços serem baldados, mas ao menos levantar-se-hiam estorvos a esta carreira vertiginosa em que nos vamos precipitando no abysmo. Não aconteceu assim. Repetiram os erros dos revolucionarios de 1820, e repetiram-os com mais impaciencia e mais anciedade. Vinham sofregos de governar, sedentos de represalias, e de revindictas promptas e terriveis. Desunidos já, malquistados e invejosos, desconhecedores da indole e da limitada illustração do povo, queriam modelar o paiz pelo que lhes parecia terem visto em reinos d'uma grande opulencia, sem terem a orientação nem a noção scientifica necessarias, para analysarem os progressos da civilização, quando, na generalidade, nem preparados foram para saberem aprender e estudar.

«Estas reformas, diz Coelho da Rocha, eram indispensaveis; porém a precipitação, e fórma, que se lhes deu, fez com que em lugar de remedio, ellas viessem antes augmentar os males publicos. A extincção dos dizimos, dos foraes, e das sizas, causou notavel desfalque nas rendas do Estado, ao que se não providenciou. Por outra parte na situação em que se achava o reino, a mais rigida economia devia presidir á criação dos novos estabelecimentos, para cortar sem attenções pelo numero, e pelo ordenado dos empregados: na nova escala que então se formara de homens, e de coisas, a razão pedia que se principiasse pelo minimo: em seu lugar, porém, presidiu o luxo, e a profusão. Para recompor uma nação pequena e pobre, foram-se procurar os modelos a França e a Inglaterra, as duas nações mais ricas da Europa. Para o serviço, que até ahi era feito

por um provedor com o seu escrivão, foram chamados os prefeitos, e os contadores, com os seus subalternos, e secretarias atulhadas de empregados. Arbitraram-se quatro mil cruzados de ordenado para os juizes das Relações, que antes recebiam seis centos mil réis. Finalmente na selecção das pessoas não se attendeu a outra circumstancia, senão aos serviços feitos á causa da liberdade; o que por uma parte encheu as repartições de empregados indignos, e por outra excitando em todos a ambição e esperanças dos empregos, fel-os abandonar os misteres da industria para se lançarem na carreira das pretensões; e habituou-os a empregar a dissenção, e as intrigas para se suplantarem: com o que creou o principal elemento dos partidos.»

Os constitucionaes, embriagados com a victoria, é força dizel-o, entraram em Lis-

boa como n'uma cidade conquistada. Haviam-lhes feito promessas maravilhosas, vi-nham imaginando penetrar n'um eden ter-real, em que os empregos rendosos, as graças honorificas, e todas as recompensas da mais vasta munificencia os estavam aguardando, como as huris esperam os verdadeiros cren-tes no paraíso predestinado pelo koran. Per-didos os habitos regulares do trabalho pro-ductivo, soltos os costumes pela vida ociosa e pervertida nas terras do exilio, e nas noites de bivaque, ignorantes em todos os ramos d'administração publica, e sem o mais leve tirocinio de qualquer cargo social, invocan-do incessantemente a liberdade, como se um direito se metamorphoseasse em thesoi-ros ou em jazigos de diamantes, desconhe-cendo absolutamente as leis sociologicas que regulam o desenvolvimento das nações, exi-giam em nome de serviços, que cada um

apreciava a seu talante, e como indemnisação de prejuizos e perseguições, difficeis de avaliar, que se lhes desse tudo, por que tudo achavam pouco como heroes e regeneradores da patria.

Nos primeiros momentos foi prodigioso o jubilo, e as illusões quasi inconcebiveis. Mas arrefecidos os enthusiasmos, vieram os cuidados, e os revezes de uma administração dolorosa revelar aos illudidos, que um codi-go politico apenas escripto e outorgado, não transforma um povo, nem o arranca á superstição, á ignorancia e á rudeza dos seus costumes. Apparecia o cancro da nossa ruina: a divida publica tinha augmentado consideravelmente com os ruinosos emprestimos que a restauração exigira, e os governos que se succederam no poder, em vez de usarem prudentemente da grande massa de bens, que lhes viera ás mãos, pela

extinção das ordens religiosas, procederam com uma ineptidão manifesta, e continuaram com o systema dos empréstimos accumulando uns sobre outros, para occorrer ao *deficit* ordinario, e a despezas excessivas, com o pretexto de conversões de fundos, e de amortizações, como até agora vae sendo practica e estylo dos nossos atilados financeiros.

Desappareceram, como fumo, as illusorias esperanças de uma immediata prosperidade, e de um grande augmento da riqueza publica — e a nação até hoje, apesar das garantias expressas na Carta, arrasta a mesma vida lethargica, e dissolvente em que tem sido sempre dirigida pelo governo pessoal.

«Os sabios affirmam que o feudalismo nunca apégou em Portugal, escreve o sr. Camillo Castello Branco, no seu prefacio á *Vida de el-rei D. Affonso VI*. Pois é de extranhar!

Accrescenta o eminente escriptor: Aqui o que resalta da nossa indole lusitana é preito ás prerogativas senhoriaes, servilismo, espinha derreada ao dinheiro, ás Inscripções, e queremos rei para que haja ordem e queremos ordem por amor ás Inscripções. Está o throno como de sentinella a esta ingente mercaria ».



Estamos no seculo xix, e esboçámos rapidamente a sociedade portugueza nos ultimos tres seculos. Precisavamos vêr de perto o homem tal qual elle é, tal como o fizeram as instituições e os costumes, e com todas as heranças physicas e moraes com que te-

mos de o considerar hoje. «A indagação das causas, diz Taine, deve vir depois da collecção dos factos. Que os factos sejam physicos ou moraes pouco importa, derivam sempre de certas causas. Ha causas para originarem a ambição, a coragem, a veracidade, como as ha para produzirem a digestão, o movimento muscular, e o calor animal. O vicio e a virtude são productos como o vitriolo e o assucar, e toda a premissa complexa nasce do encontro de outras premissas mais simples de que aquella depende».

«Sem ser nada fatalista, observa Vacherot, não se póde comtudo desconhecer a parte de fatalidade, que a propria natureza das coisas introduziu na actividade politica ou esthetica das sociedades humanas.» É uma verdade irrefutavel que nada nasce, nada se fórma, nada se desenvolve, nada vive, e nada dura no estado de isolamento e

de abstracção, tanto na vida dos povos como na existencia dos individuos.

Precisavamos, pois, ver os acontecimentos em toda a sua luz, conhecer os homens que foram actores n'esta lenta decomposição, e desenrolando os factos typicos achar-lhes a ligação, e os seus resultados.

Encarando em torno de nós o modo de ser, de pensar, e de sentir da sociedade actual, percebe-se, sem esforço, a obra tenaz e renitente de elementos dissolventes, e de pressões energicas e incessantes, que, durante seculos, e atravez de muitas gerações lhe teem dado uma feição distincta, modelando-a a seu sabor.

Estribado n'esta mesma doutrina, recorre a varios exemplos o illustre auctor da *Historia da Litteratura Inglesa*, para a corroborar e esclarecer. «Concorreu para estes resultados em Hespanha, pondéra o eminente escri-

ptor — e poder-se-ha dizer o mesmo de Portugal — uma cruzada de oito seculos contra os musulmanos, e prolongada ainda mais, até ficar exgottada a nação com a expulsão dos moiros, com a espoliação dos judeus, com o estabelecimento da Inquisição e com as guerras catholicas.»

Estas causas, que evidentemente influíram, e actuaram directamente na marcha da civilização da península hispanica, contornaram com as mais profundas saliencias o perfil d'estas sociedades, e deram-lhes um colorido proprio no meio dos outros povos da raça latina. Ainda mais: levaram-as a resvalar para uma inercia e preguiça, que o clima e o temperamento lhes mandavam appetecer, e que as crenças religiosas, a falta de educação, e a vontade absoluta dos monarchas lhes faziam desejar. A centralização do governo, e a submissão a todos os poderes

do Estado crearam-lhes uma tutela tão poderosa, que ainda hoje se manifesta por acções reflexas, que os seculos impozeram, e por uma negação hereditaria para todos os actos energicos da vida politica e social. E tão evidente é esta feição predominante da sociedade portugueza, que todos os ambiciosos buscam com fervor approximar-se do poder, porque só junto d'elle acham brilhante carreira, e futuro auspicioso. Ainda não ha muito que o governo pessoal era preconizado, por um publicista notavel, n'uma singela phrase, que ficou tão viva na memoria dos partidos, como se fôra esculpida em marmore ou vazada em moldes de bronze:

«N'este paiz só tem força o rei», disse o distincto jornalista. Resta apenas saber aonde conduz este axioma politico, este facto claro e evidente, n'um seculo prenhe de doutrinas irritantes, de graves problemas sociaes, de

descrenças profundas e manifestas, e de soluções instantaneas e imprevistas. Vem aqui de molde a pagina de um livro, recentemente publicado, e que tem por titulo: *A Sociedade de Berlim*. O conde Paulo Vasili, ou alguem que se occulta com este nome, occupa-se do chanceller de ferro por esta fórma: «O senhor de Bismark logrou cabalmente o seu intento de crear uma monarchia absoluta; na Prussia já não ha ministerio responsavel, nem camara, nem nada do que fórma o mechanismo de um regimen constitucional. Não ha senão o chanceller, que absorve em si, soberano, deputados, povo, magistratura, finalmente, tudo. Dobrou por tal fórma a Allemanha á sua vontade, que se póde ousadamente affirmar, que este paiz não saberá reger-se no dia em que o senhor de Bismark tiver deixado de o dirigir. Agora todos o adulam com a esperanza de alcan-

çar alguma coisa, ao passo que elle tanto zomba da humanidade como a despreza, e, mais habil do que Richelieu, desdenha cortar a cabeça aos seus adversarios politicos — contenta-se em desacredital-os na opinião publica . . . mas a Allemanha ha-de pagar caro a honra de haver tido á sua frente, e de haver possuido o parlamento mais incapaz que tem existido. É o futuro que ha de vingar a Europa ; porque o que faz agora a gloria da Prussia, ha de ser a causa da sua futura ruina. Não é impunemente, que todas as forças vitaes de uma nação se concentram nas mãos de um só individuo ; cedo ou tarde ha de chegar o momento, em que essa nação terá de expiar a ausencia de governantes — e se elle soube triumphar de seis parlamentos successivos, com as mesmas traças e os mesmos artificios ; se engrandeceu o seu paiz, e poude tornal-o o arbitro

do mundo, e impor a todos a sua vontade, o principe de Bismark preparou ao mesmo tempo a quéda e a ruina da sua patria, esmagando todos aquelles que poderiam continuar a sua obra».

Se é licito comparar o magestoso império germanico com um modesto rincão do extremo occidente, aqui fica uma das theses que mais inflammam e enaltecem os espiritos, para meditarem ácerca do governo pessoal os homens, que teem a seu cargo os destinos da nação, e que nem sequer suspeitam o vento que vão semeando, e cuja colheita, na phrase biblica, virá temerosa e carregada de tempestades. Parece que a este proposito escrevera Bacon. «Todo aquelle, diz o illustre chanceller, que, desde o principio, e antes de tudo, não examinar profundamente os movimentos do espirito humano, e não indagar, cauteloso, a marcha da scien-

cia, e a origem dos erros, encontrará sempre phantasmagorias e chimeras».

A sociologia — e não é este um dos seus menores predicados — tende a diminuir o orgulho da personalidade humana, assim como a sua confiança nos resultados dos seus calculos, e dos seus esforços. Torna evidente como a mais lucida concepção, e a iniciativa mais vigorosa carecem, para triumphar, do poderoso auxilio das circumstancias; e sobretudo patenteia como não póde estabelecer-se nem organizar-se instituição alguma, que seja estavel e duradoira, sem o concurso d'essas grandes forças, cuja acção, ainda que occulta e invisivel, nem por isso deixa de ser prodigiosa.

Estas ponderações tão exactas, á face da sciencia historica, e que deveriam ter presentes os homens de Estado, quando se lançam em desvairadas aventuras para domi-

nar os povos, são, também, assumpto para sérias reflexões ácerca dos perigos do governo pessoal, sobre a fragilidade das revoluções prematuras, e poderiam ser meios admiraveis e salutaes para desanimar tentativas audaciosas, temerarias e ardentes, e irreflectidas utopias, ensinando a contar com a natureza das coisas, ou para melhor dizermos: com as necessidades, os sentimentos, os instinctos, e os preconceitos das sociedades, e das classes que as compõem. «Que de licções de politica pratica, diz um eminente escriptor, não manam d'esta orientação da historia, para os homens que governam as sociedades!»

Convem notar que esta marcha das leis da evolução, não rouba ao homem inteiramente o seu livre arbitrio, e a independencia dos seus actos — não o reduz a um ser absolutamente paciente, e só movido por acções

reflexas. Se fôra assim, este methodo scientifico tenderia a encerrar a historia n'uma especie de physiologia social, em que o individuo desappareceria detraz da acção occulta, incessante e irresistivel das causas economicas e naturaes. A liberdade humana seria uma pura illusão ou uma mera zombaria, em presença da omnipotencia d'essas causas, que uns appellidam fatalidade e outros denominam providencia. Ao contemplar o encadeamento dos factos na existencia das raças, e na vida das nações, a inanidade dos esforços individuaes, e mesmo a incerteza do triumpho nas luctas dos povos, e na determinação dos destinos humanos; como as paixões e os interesses em massa irrompem impetuosamente, afogando todas as idéas, todas as vontades, e todos os sentimentos individuaes, que nem deixam rasto sob a pressão das multidões, entregues aos

seus instinctos e á sua imaginação desregada e indomita; e como estas paixões recrudescem ferozes pela herança, pelo solo, pela temperatura e pelo fanatismo, póde o espirito hesitar, e pôr em duvida, se n'esta serie de acontecimentos, originados por tantas causas diversas, haverá logar para se manifestar com vantagem a acção livre de qualquer homem. «A sciencia, diz um lucido pensador, ao passo que mostra o imperio da fatalidade no desenvolvimento historico da humanidade, faz vêr, tambem, o progresso, que tende a substituir cada vez mais a acção das forças verdadeiramente moraes, dos sentimentos e das idéas, á acção d'essas forças cegas, que se chamam instinctos de raça, appetites e necessidades de classe.»

O homem deve aperfeiçoar constantemente o seu organismo, augmentar as suas

aspirações, devassar novas veredas da sciencia, engrandecer a cada instante os seus sentimentos, para augmentar e desenvolver a sua vida cerebral, e, pelo exame attento de todas as leis sociaes, preparar-se para as dirigir, sem perturbações, no sentido em que a evolução pretende encaminhal-as. Será a missão da sciencia illustrar e dirigir os povos, fixando-lhes os seus verdadeiros ideaes.



Nenhum espirito lucido, que acompanhe o movimento scientifico do seu seculo, e a marcha progressiva da sua epocha, vincula a sua existencia a uma immutavel crença politica, quer seja a republica, quer seja a

monarchia representativa, ou o regimen absoluto. Concebe que os systemas de governo, são modos de ser das sociedades em determinados periodos, e que se adaptam a certos meios, em phases apropriadas á sua evolução. Comprehende que a fórma de governo, assim como a liberdade, não é um fim, mas apenas um meio, que tende a afastar os estorvos e os embaraços, que a humanidade póde encontrar no seu caminho. Sabe que a base do direito é a necessidade, e que onde esta não existe é inutil o direito, finalmente, não ignora, que o disequilibrio da acção social e da acção politica, os conflictos que possam romper a harmonia entre estes dois modos de existir das sociedades, produzem inevitavelmente as maiores catastrophes, e transtornam, com grandes abalos, a solução evolutiva dos factos.

Não queremos dizer que o homem deva

cruzar os braços, e assistir com uma indifferença egoista, e indesculpavel aos acontecimentos politicos do seu paiz — quer elles sejam causados pelo louco orgulho d'um individuo que, por qualquer fórma, se apossou do poder, quer originados pela anarchia d'um grupo, que revolucionariamente lançou mão das redeas do governo. Debaixo d'este ponto de vista, a preguiça e a inercia seriam um gravissimo erro. Tanto mais, que o governo póde considerar-se um instrumento ou um meio, que as sociedades acceitam, para as auxiliar no seu desenvolvimento, desembaraçar a senda por onde caminham, e approximar-lhes quanto possivel o ideal para onde se dirigem. O homem tem o dever moral de conservar, e augmentar a sua vida physica e intellectual. «Se perguntarem, diz Guyau, o que é augmentar a intensidade da vida, responderemos, que é au-

gmentar o dominio da actividade debaixo de todas as suas fórmãs (na medida compativel com a reparação das forças).» Por isso o ideal moral será a actividade em toda a variedade das suas manifestações, pelo menos d'aquellas que não se contrariam reciprocamente, ou que não produzem uma deterioração duradoira de forças.

Todavia, a não serem os casos excepçio-naes em que a insurreição é um direito, em todas as hypotheses normaes a evolução encarrega-se de arrastar o poder na sua carreira, ou de lhe tirar a força moral, que é a qualidade virtual da auctoridade. Da intuição d'este principio nasceu o aphorismo de que: *cada povo tem o governo que merece*. Succede, por vezes, que os governos fecham os olhos á evidencia, cerram os ouvidos aos clamores da opinião, e insistem em se manter n'um equilibrio instavel, prestando-se a

todas as concessões as mais humilhantes, cedendo, submissos, a todas as exigencias, e reagindo sómente quando o impulso da evolução já não póde ser reprimido; mas com esta teimosia senil alcançam apenas espaçar a transformação inevitavel, multiplicando-lhe a energia e a intensidade, e quando rebenta a explosão, fica o solo juncado de cadaveres e de ruinas. Os povos da raça latina teem, nos seus annaes, larga copia d'estes tristes exemplos.

Não comporta a indole d'este trabalho occuparmo-nos das indifferenças do seculo em toda a Europa. Alem de ser empresa sobremodo espinhosa para as nossas forças, teriamos de considerar cada paiz como o fizemos em relação a Portugal. Deveriamos analysar o nihilismo na Russia, o socialismo na Allemanha, o feneanismo na Irlanda, seriamos levados a estudar os anarchistas

e communistas em França, os cantonalistas e federalistas em Hespanha, e os intransigentes e irredentistas italianos. Entretanto todas estas denominações, mais ou menos accentuadas, segundo a differença das raças, a variedade dos climas, os distinctos aspectos do solo, e a diversidade dos periodos de civilização em que estes povos se acham — todas estas denominações, dizemos, são a manifestação da mesma idéa, e illuminam o horizonte com os arrebóes de uma nova transformação. São os signaes precursores do advento do quarto estado.

Condensa-se em torno de todos estes partidos ou facções — pouco importa o nome — uma atmospheria de terror e de exaggeros, fundada, em parte, nos desvarios e delirios dos seus adeptos mais fanaticos e ousados. Não nos admiramos. Foi essa mesma a sorte dos primeiros christãos, quando em

nome d'uma religião de paz sacudiam freneticos, e abalavam, com grande ruido, os fundamentos em que assentava a Roma pagã. Diziam-se mensageiros do verdadeiro Deus, occupavam-se incessantemente da vida eterna, olhavam com desprezo as pompas e vaidades do mundo, mas aluiam inconscientemente pelas bases o imperio romano, porque a religião era alli uma poderosa força social, e destruida esta, desmoronavam-se aquellas instituições seculares. Ninguem ignora, que, nos periodos da gestação laboriosa d'uma grande idéa, redemoinham em volta as mais variadas correntes d'opinião, e as mais exaggeradas utopias, até que se restabeleça o silencio em presença da nova formula, que hade exprimir precisamente o sentimento e a aspiração das sociedades.

Os desmandos e os desvarios d'estas van-

guardas da evolução, relembram os peregrinos e os romeiros, que de tropel e em tumulto caminhavam, fanatisados pela palavra de Pedro o Eremita, na frente e nos flancos das hostes cerradas dos cruzados; cahiam desfallecidos, e exanimés sem conforto nem auxilio, juncando de cadaveres as estradas da Palestina — mas o balsão dos soldados de Christo tremulou um dia nas ameias da cidade sagrada. Jerusalem foi conquistada! *Caveant consules.*

Temos, pois, de nos limitar ao estudo das indifferenças actuaes, aqui, no solo da patria, e n'esse proposito fomos investigando pelas gerações passadas, quaes eram os vicios, os defeitos e os elementos de decomposição, que a sociedade portugueza recebera como herança, para chegar anemica e apathica a este momento historico.

A indifferença, em relação aos actos de

qualquer governo, póde ter como causal uma errada noção scientifica, pode ser um postulado da eschola optimista, ou a consequencia da ignorancia e de uma falsa orientação social ou, finalmente, o resultado funesto de uma ambição immoderada do poder, de honras, e de riquezas.

Não é para extranhar que se acceite, sem repugnancia, qualquer fórmula de governo existente, porque é claro que, dada uma certa somma de civilização, o systema politico hade fatalmente acompanhar o movimento social, todavia, em quanto aos actos da administração publica, todo o cidadão tem o dever imprescriptivel de intervir n'elles activamente, e com toda a energia das forças materiaes e psychicas de que dispõe, segundo a sua capacidade civil e politica lh'ó permite e exige. Esquivar-se a este dever, é ser cúmplice nos erros e nos desva-

rios commettidos pelos governantes, e demonstrar, com graves transtornos para a sociedade em que vive, a sua incapacidade em se adaptar ao meio que lhe reclama os seus esforços, e lhe requer a sua cooperação. A indiferença, n'estes casos, é a manifestação de uma profunda depressão moral, e a consequencia immediata de uma errada noção scientifica.

Encontrar, no estado presente do paiz, uma satisfação paradisiaca e perennal, esmaltada pelas deslumbrantes côres do prisma do optimismo, seria um caso grave de pathologia cerebral, se os delirios d'esta eschola merecessem reparo e attenção. O optimismo, como systema, é incomparavelmente menos acceitavel do que o pessimismo. E sel-o-ha em todas as hypotheses, ainda menos em Portugal, onde, em que nos pese dizel-o, as condições de civilização são, em

todo o ponto, muito inferiores ás de quasi todas as nações da Europa. «Na realidade, diz um illustre escriptor, o optimismo absoluto é muito mais immoral do que moral, porque envolve comsigo a negação do progresso.» Logo que penetra no espirito estabelece, como sentimento correspondente, a satisfação plena de todas as coisas existentes: no vasto campo da moral acha tudo maravilhoso, e tudo tem uma justificação absoluta; debaixo do ponto de vista politico apraz-se em respeitar o poder, e, com a mesma submissão, a reverenciar todos os seus actos — manifesta-se por uma resignação passiva e inalteravel, abafa voluntariamente, e sem a menor reflexão, todo o sentimento do direito, e consequentemente toda a expressão do dever. O pessimismo leva grande vantagem ao optimismo em relação ao seu valor moral. Não embarça os esfor-

ços, e as luctas do progresso com os seus fastidiosos enthusiasmos pelo presente, e com o seu amor entranhado por uma absurda estabilidade. O pessimismo póde ser o symptoma de uma exacerbação morbida do senso moral, excessivamente maguado pelos males que acompanham a existencia; mas o optimismo, esse, caracteriza as mais das vezes a apathia e o torpor que invadiram o senso moral, e que o corroem, pervertendo-o. Todo aquelle que acha a reflexão um trabalho demasiadamente doloroso, e que evita pensar, porque se lhe afigura uma tarefa penosa, preferindo os habitos contrahidos, e as opiniões assentes — é um optimista por tendencia, por temperamento, e por atrophia cerebral. O indifferentismo não é só, como disse Garrett, o maior inimigo da liberdade — é tambem a perversão de todas as aptidões e de todas as crenças, e encontra no optimismo

o mais fiel aliado. As classes não educadas, sobretudo as populações ruraes, que vivem descuidosas, e quasi satisfeitas no seu meio, são naturalmente rotineiras, e consideram a mais leve mudança como o maior de todos os males. Quanto mais um povo é inferior em desenvolvimento intellectual, tanto maior é a sua cegueira e obstinação em defender os principios conservadores — que são indubitavelmente a fórmula politica do optimismo.

Uma das mais graves objecções contra o optimismo resalta da doutrina da evolução. O caracter de toda a integração, de toda a individuação é ser provisorio, servir apenas para preparar uma integração mais ampla, uma individuação mais opulenta. O individuo, para a natureza, não é mais do que uma pausa, um momento de espera, que não póde ser definitivo, porque se fosse assim, ficaria ella suspensa na sua marcha.

Não ha typos immutaveis, nem organismos creados por um padrão eterno. Tudo é embryonario em relação ao porvir, aos futuros periodos de desenvolvimento, e ás remotas phases de civilização. Novos meios hão de carecer de organismos adaptados a outros exercicios, e a diversas funcções. Ainda no começo d'este seculo se podia acreditar, que a immobilidade das especies animaes suppunha um plano preconcebido, uma idéa imposta á natureza viva, na sua modelação; mas, depois das investigações e dos estudos de Darwin, vemos, nas proprias especies, typos transitorios, que a natureza transforma em espaços seculares, modelos que cria ao acaso, e que pouco a pouco vae destruindo. Se a especie é sempre provisoria, nas suas aptidões, o individuo não o é menos. «Repete-se constantemente, diz um illustre escriptor, que o individuo e a especie

teem interesses contrarios, e que a natureza sacrifica um ao outro. Não seria mais exacto dizer, acrescenta este pensador, que sacrifica ambos, e que o que condemna o individuo é precisamente a condemnação da sua especie?» A verdade parece ser, que tudo é arrastado pelo mesmo turbilhão — tudo passa, e tudo se transforma. Para que o individuo possa subsistir, carece d'um determinado meio intellectual e physico, que lhe seja favoravel. É evidente que este meio só lhe póde ser ministrado, durante um certo espaço de tempo — emquanto dura o equilibrio das suas forças, e a harmonia do meio com a aptidão dos seus órgãos e das suas funcções. «O individuo e a especie, observa um lucido espirito, são apenas meios termos entre o preterito e o porvir: o triumpho completo do futuro carece do seu desaparecimento.»

O optimismo nem chega a ser um systema, uma eschola: é apenas a hypocrisia da indolencia, e da preguiça, e a inconsciencia dos deveres moraes.

A causa proxima da indifferença politica em Portugal, é a ignorancia profunda das classes populares. Os governos liberaes, por incapacidade e por interesse proprio, descu-raram constantemente a sua educação politica e moral, e a sua instrucção scientifica e litteraria. As populações ruraes, oneradas com a pesada herança de vexames, de embrutecimento e de fanatismo, transmittida por dezenas de gerações, são a imagem viva da negação de toda a iniciativa, e de todos os esforços tendentes á sua regeneração. Até esta palavra é para ellas inconcebivel, porque encerra em si a idéa de que se pretende sahir de uma situação prejudicial e nociva, e ellas ignoram absolutamente as

causas da sua depressão moral. O que maravilha, no meio d'estas condições anormaes, é a energia das leis sociologicas, e a força intensissima da evolução, porque apesar da atmospherá mephitica e deleteria em que respiram, e estão mergulhadas as classes operarias, ainda assim, tentam erguer-se d'este marasmo, d'este lethargo quasi letal em que se acham.



De todas as indifferenças, que actúan sobre a maioria da sociedade portugueza, é a indifferença religiosa a mais importante, porque dá maior licção e mais profundo ensinamento. Vejamos as causas. Lisongeavam-se

espíritos pouco atilados que a reforma, no seculo xvi, não encontrasse proselytos em Portugal, e que o ruido impetuoso, que assustava os centros do catholicismo europeu, não achasse echo n'este modesto rincão do occidente.

A Inquisição, a Companhia de Jesus, a ordem dos dominicanos, todas as outras ordens religiosas, irmandades, confrarias e o clero secular contribuíram, certamente, para afastar a lucta religiosa, fazendo pressão violenta sobre os cerebros das gerações que passaram. Todavia seriam frustrados os seus intentos, e debalde teriam semeado, sem que a colheita correspondesse aos seus esforços e fadigas, se o torrão natal não fosse uberrimo, o clima apropriado, e a raça já aparelhada para este assedio de consciencias.

A reunião de todas estas circumstancias, deu á egreja lusitana umas apparencias de

mansidão e de tranquillidade mystica, que só a espaços era despertada pelo crepitar das fogueiras do Santo Officio, onde se estorciam os infelizes, condemnados por judaizarem, ou alguns allucinados, que se reputavam em doce pratica com Belzebut. Era uma maravilha esta paz dos tumulos. Mas, apesar do character de cruel intolerancia, que predominava no conjuncto das leis civis e canonicas, começava a debuxar-se uma indifferença profunda ou antes uma certa incredulidade, nos poucos homens, que a licção dos livros, e o contacto com estrangeiros traziam arredados dos terrores, que os carceres da Inquisição infundiam.

As queixas, que reboam, pelos gabinetes da governação publica, contra algumas demasias da imprensa, e contra os clamores da opinião umas vezes insoffrida outras desvairada, deviam ser o remorso pungente dos

nossos homens de Estado; porque não só, com uma insensata imprevidencia, abandonam as boas praticas de governo, mas ensinam, exemplificando, o desprezo pela lei, e o esquecimento das mais rudimentares noções do decoro e da dignidade politica. Os exemplos que partem do poder, rasgam profundos sulcos em organismos rudes e pouco cultos, e nada habituados a argumentos especiosos, e a tergiversações de uma tediosa hypocrisia politica. O sophisma e a simulação permanentes, preconizados como meios habéis de governar, são elementos funestos e dissolventes, que, em periodos mais ou menos limitados, provocam sempre represalias terriveis, e preparam expiações tremendas. A ficção imperando em tudo, desde a interpretação dos artigos das leis, onde estão estatuidas as liberdades publicas, até á manutenção das garantias do direito; o engano e

uma transparente zombaria polluindo todos os actos publicos, desde a protecção desenfreada que se occulta hypocritamente detraz de um simulacro de concursos, até ás recompensas munificentes com que se exorna a inepecia, todo este conjuncto de torpissimas causas, origina a falsa orientação de uma sociedade em plena decomposição moral.

Apontamos, tambem, como causa da indifferença politica, a avidéz com que muitos procuram collocações rendosas e mercês honorificas. Para esta lepra social, que vae minando a sociedade portugueza, o remedio só poderia vir do poder, e infelizmente é do poder que partem as tentativas de suborno, e é elle quem abriu de par em par as portas a esta eschola de corrupção, e de cynismo. N'um paiz sem industrias valiosas, nem um commercio opulento, e por isso sem um campo vasto para variadas aptidões, é facil

esta colheita de consciencias, e é de sobra o exemplo, para contaminar muitos espiritos fracos e impacientes, e arrefecer engenhos, que não resistem ás commodidades e gosos da nossa ephemera civilização. Em todos os paizes educados com robustez, na eschola da liberdade e do progresso, ser funcionario publico é quasi um desdoiro, e uma demonstração de pobreza de actividade, e de energia intellectual. Em França, em Inglaterra, na Allemanha, em Italia, na Belgica e nas duas Americas andam os primeiros nomes, e d'estes os mais conspicuos, entregues a empresas particulares de todos os generos, e dando provas incessantes dos seus arduos estudos, e da sua elevada capacidade. Em Portugal sonha-se com um cargo publico, e o ideal mais perfeito d'esta melancholica alucinação, é um logar de conselheiro no Tribunal de Contas ou no Supremo Tribunal